

# O TEMPO E O ESPAÇO DO CAPITALISMO E AS PROPOSTAS DE ORGANIZAÇÃO RACIONAL DO TRABALHO

Augusto Zanetti\*

O debate sobre o lugar, no contexto brasileiro do século XX, das modalidades de organização do trabalho conhecidas como taylorismo e fordismo ainda está longe de ter chegado a um ponto de consenso. Embora muitos se refiram àquelas como integrantes, de uma forma ou de outra, daquele contexto, minhas próprias pesquisas apontam para sentido diverso: elas tiveram sua presença no âmbito empresarial do Brasil, mas essencialmente como elementos de discurso, não como propostas para aplicação prática.<sup>1</sup> Contudo, mesmo nessa perspectiva, aquele debate pressupõe uma discussão a respeito do lugar de taylorismo e fordismo na própria história do capitalismo. Aqui, apresento algumas balizas que se me afiguraram como válidas para tal discussão.

O capital sempre se reproduz no tempo. Esta formulação de Marx é resultado de uma reflexão que parte de um intento de compreender a realidade social. Indissociável de sua noção de valor, entendido como produto do trabalho socialmente realizado, a temporalidade em Marx só encontra sentido a partir dos nexos que o autor aponta entre ela e o social. Assim, se queremos levar em conta o pensamento marxiano, quando focalizamos a temporalidade não podemos negligenciar a referência à esfera do social. O tempo, nesse contexto, não é de modo algum *a priori*, como na concepção de I.

Kant da formulação da concepção analítica do conhecimento.

Enquanto as teorias liberais sempre afirmaram que o valor de qualquer mercadoria é o resultado do confronto entre a demanda e a oferta, Marx introduziu a categoria de *exploração*, até então ausente das análises econômicas. A concepção de Marx a respeito do valor advém de um movimento de observação das alterações no mundo do trabalho ao longo do tempo. O conceito de mais-valia absoluta permite compreender a exploração do trabalho operário nos primórdios da Revolução Industrial, enquanto o de mais-valia relativa possibilita entendê-la no período seguinte, marcado pelo maior incremento tecnológico.

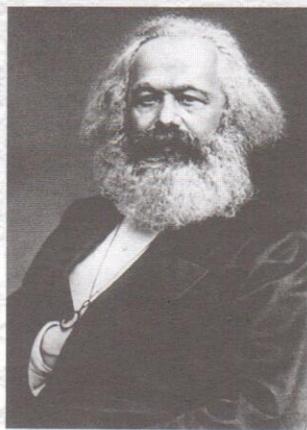
Como se sabe, mais-valia, ou sobretrabalho, é a quantidade de trabalho que, depois de assegurar a reprodução biológica e social do trabalhador, é invertido na mercadoria e passa a integrar o valor desta. Com isso, garante-se que o trabalho vivo, que o trabalhador é obrigado a vender, regenere o trabalho morto: é a metáfora do vampiro regenerando-se através do sangue dos vivos. O capital pode reproduzir-se apenas se acrescentar continuamente a si um novo valor.

Apontando a ligação existente entre trabalho socialmente definido, mais-valia e valor, Marx percebeu que esse mesmo capital se reproduzia de forma ampliada, reproduzindo a existência humana universalmente. Em sua visão, o capitalismo seria

\* Professor do Curso de Relações Internacionais da Unesp, campus de Franca.

<https://doi.org/10.36311/0102-5864.21.v0n45.2124>

o primeiro sistema de produção com características e dimensões universais. É justamente em torno deste último ponto que as divergências de enfoque mais se salientam, suscitando os mais acalorados debates. São leituras opostas, que, partindo da fonte marxiana, apreendem a reprodução ampliada de formas divergentes. Tais leituras permeiam a discussão a respeito do lugar de duas estratégias capitalistas no contexto *brasileiro da organização do trabalho*: o taylorismo e o fordismo.



Marx

Ao estudá-los, portanto, não podemos deixar de considerar, previamente, aquele debate. Se optarmos por discuti-los na perspectiva da lógica da exploração e do controle do trabalho operário, teremos necessariamente que levar em conta a teoria da exploração de Marx. Embora devamos reconhecer a validade de uma abordagem como a de Coriat, que os caracteriza como “novas normas de produtividade”,<sup>2</sup> não podemos, sob pena de apanhar somente um lado de sua natureza, prescindir de uma abordagem de seu significado no que concerne ao processo de exploração que lhes é inerente. Desconhecer que, além da *coação*, o taylorismo e o fordismo estão associados à *exploração*, é negligenciar uma determinação essencial, que está presente e atuante.

Ao discutirmos a expansão dessas formas de organização do trabalho pelo mundo, é inescapável o debate a respeito do chamado “desenvolvimento do capitalismo” e seus estágios, assim como a discussão a respeito da “importação de idéias”. Aqui se coloca a questão: é plausível pensarmos o taylorismo e o fordismo como idéias “fora do lugar”, na expressão utilizada por Roberto Schwarz para qualificar o liberalismo no Brasil do século XIX?<sup>3</sup>

Para responder a esta questão, cabe deslocarmos a atenção, do contexto do século XX, época em que se fazem notar as duas formas de organização do trabalho mencionadas, para o longo período, marcado pela escravidão, que vai do século XVI ao XIX. O deslocamento se explica pelo fato de as ponderações de Schwarz se referirem à época do Império e de as que se lhe opuseram discutirem todo o período escravista. De acordo com a conhe-

cida concepção do autor, numa sociedade escravista, violenta, dominada pelos grandes senhores de terra, o preceito da liberdade individual na concorrência entre produtores não se podia efetivar. O liberalismo seria idéia trazida “de fora”, que não encontraria condições para seu enraizamento.

A partir da leitura de panfletos de Machado de Assis e de Joaquim Nabuco, o autor conclui que “cada um, a seu modo, esses autores refletem a disparidade entre a sociedade

brasileira escravista e as idéias do liberalismo europeu”. No Brasil, estaria montada uma comédia ideológica, de diferente grau da européia. A liberdade de trabalho, a igualdade perante a lei, etc. correspondiam, na Europa, às aparências, encobrimdo, como ideologia, o essencial: a exploração do trabalho. Aqui, tais idéias assumiam um sentido diverso, muito *sui generis*: os princípios liberais inscritos na Constituição não escondiam nada, já que o objeto de ocultamento, a exploração do trabalho livre, não existia, porque não existia o trabalho livre com a importância que adquiria no Velho Continente. Em sentido inteiramente diverso daquele que lá assumiam, o efeito daquelas idéias, no Brasil, era o de tornar ainda mais abjeto o instituto da escravidão.

Assim, na Europa, o liberalismo conseguiria encobrir as iniquidades relativas à exploração do trabalho livre, enquanto, no Brasil, as idéias liberais girariam em falso, esboroando-se diante das injustiças sociais explicitamente evidenciadas. Acresceria a isso a impropriedade de se falar em igualdade de direitos numa realidade social em que a política do *favor* era cultivada extensamente pelas elites.

A leitura do liberalismo proposta por Schwarz foi contestada por Marilena Chaui e Maria Silvia de Carvalho Franco.<sup>4</sup> A primeira a criticou no âmbito da problemática sobre a ideologia; a segunda, no que diz respeito aos temas do nacionalismo e do trabalho escravo.

Chaui, discutindo os mecanismos internos da ideologia, afirma que esta, sendo um corpo sistemático de representação e de normas que nos “ensinam a conhecer e a agir”, não tem historicidade própria, devendo-se, portanto, procurar alhures, fora

dela, o campo no qual a ideologia surge e se transforma. A autora diz que, “por definição, na ideologia as idéias estão sempre ‘fora do lugar’, uma vez que estão tomadas como determinantes do processo histórico quando, na verdade, são determinadas por ele”. Em outros termos, não seriam as idéias que produziram o sujeito social, e, sim, este é que criaria as idéias. Cabe notar que essa concepção de modo algum escorrega num marxismo mecanicista, no qual as idéias seriam meros reflexos do mundo real, falseadas e invertidas, destruindo, assim, a relação complexa e tensa entre o objeto e o pensamento.



Marilena Chaui

Recusando-se a encarar a escravidão como *exterior* ao capitalismo, Carvalho Franco procura seu lugar *dentro* dele — e não como “parte”.

Ao afirmar que na ideologia as idéias estão “fora do lugar”, Chaui esclarece que tal assertiva nada tem a ver com geografia; “fora do lugar” refere-se à circunscrição do espaço social e político de uma sociedade determinada. Em suma: as

idéias deveriam estar nos sujeitos sociais e em suas relações, mas na ideologia os sujeitos sociais e suas relações é que parecem estar nas idéias. Nesse caso, são as idéias que ocupam o lugar dos sujeitos sociais, invertendo a posição: quem produz é criado pelo que o produziu. Delimitando assim o único sentido a seu ver aceitável da expressão “idéias fora do lugar”, a autora refuta a visão de Schwarz, que, em seu entender, significaria deslocar as idéias dos sujeitos sociais e de suas relações, no pressuposto de que os conceitos estariam vagando ao léu, sem qualquer ponto de ancoragem.

Contudo, resta a perplexidade colocada por uma questão de Schwarz: por que, diante do contexto social escravista, a Constituição brasileira de 1824 acolhe o ideário liberal francês, inglês e americano? Seria, como o autor sugere, apenas uma atitude que aponta para intenções jamais realizadas?

Carvalho Franco contrapõe-se a essa visão em primeiro lugar partindo de uma leitura de Locke. A autora lembra que o pressuposto básico do liberalismo é a defesa da propriedade e, nesse sentido, as idéias liberais não estavam de modo algum “fora

do lugar” no Brasil do século XIX. Para Locke, diz a autora, a propriedade é a própria essência do indivíduo.<sup>5</sup>

Quanto à escravidão, a autora opõe-se à idéia de que a instituição fuja historicamente ao ideário liberal. No ponto de vista por ela criticado, a escravatura parece expulsar o liberalismo para longe da realidade social brasileira, para além de suas margens, colocando-o na posição de mera importação, sem vínculo intrínseco com essa realidade. Na visão da autora, aceitar essa concepção equivaleria a afirmar uma relação de *exterioridade* entre colônia e metrópole, negando-se a noção de *totalidade* e resvalando-se numa forma de funcionalismo. Carvalho recupera o ponto de vista que identifica o movimento da *contradição*, oposto à noção de *integração* (das partes), indissociável da visão funcionalista.

Dizer que as idéias estão “fora do lugar” significa afirmar a existência de duas entidades, externas uma à outra: uma “completa” e outra “incompleta”, imperfeita ou desviante. Se, diversamente, pensarmos em termos de *totalidade*, poderemos formar a imagem de um sistema capitalista reproduzindo-se de modo inerentemente contraditório, fundamentalmente *no tempo*, mais que *no espaço*. Ultrapassados os períodos em que fica, digamos (para usarmos termos pouco apropriados, porém expressivos), “entalado” ou “encruado” (vigência da escravidão), o capitalismo é reposto (trabalho assalariado), retomando, a partir daí, suas origens e expandindo-se outra vez num movimento que observa a racionalidade inicial (sem que o período anterior possa ser visto, obviamente, como não racional ou irracional). Essas rupturas não podem ser compreendidas numa perspectiva linear; segundo a autora, não se trata de clivagens e discontinuidades, mas de movimentos quase circulares de retomada de um ponto “inicial”.

Assim, a “especificidade” da sociedade brasileira compreende-se pela diversidade dos momentos em que “respondeu” ao capitalismo. Seus “descompassos” devem ser compreendidos como distintos períodos em que se deram suas “respostas”. Recusando-se a encarar a escravidão como *exterior* ao capitalismo, Carvalho Franco procura seu lugar

dentro dele – e não como “parte”. A pergunta que seus textos colocam poderíamos formular da seguinte maneira: como o capitalismo engendrou a escravidão? (E não “como a escravidão se articulou com o capitalismo?”, já que essa formulação pressupõe uma relação de exterioridade). A autora a responde, em síntese, do seguinte modo: a inexistência de multidões de homens livres despossuídos e por isso obrigados a vender sua força de trabalho tanto na América como na Europa na época em que foi montada a empresa agroexportadora no Novo Continente levou à opção *capitalista* pela compra *em bloco* (por toda a duração de uma vida) da força de trabalho de africanos e índios, a qual estava disponível devido à presença do comércio de escravos negros na África e, posteriormente, de índios, no Brasil. Carvalho Franco lembra que a criação da indústria fabril na Inglaterra só foi possível após o movimento na história que levou à separação entre o trabalhador e os meios de produção (por exemplo, os cercamentos na esfera da propriedade rural na Inglaterra no período que antecedeu à Revolução Industrial).



Locke

Retornando a atenção ao contexto do século XX, se o taylorismo e o fordismo tiveram algum lugar no âmbito das relações de trabalho no Brasil, isso se deveu, sem dúvida, às condições reinantes no espaço geográfico brasileiro, mas esse espaço é também histórico e, nessa dimensão, não pode ser pensado como *separado/articulado* com outros espaços geográficos: as relações sociais que nele se dão só podem ser explicadas com referência à *totalidade* do capitalismo, que aqui tem uma face própria, pois *aproveita* possibilidades diversas, se comparadas com outros espaços geográficos, para sua reprodução. As idéias, no contexto do escravismo como no da sociedade industrial, não estão fora do lugar. São, sim, produzidas no interior do movimento do capital, que, como explicou Carvalho Franco, é circular, expansivo e depende da contínua transfusão de sangue de seres vivos: escravos ou homens livres, muito embora a eficiência e a racionalidade de seu uso possam ser diferentes e até mesmo opostas.

Taylorismo e fordismo, como *idéias* desse modo de reprodução material da existência, são produzi-

das, circularam o mundo e no Brasil tiveram seu lugar, como se evidencia por múltiplos textos aparecidos no âmbito do debate entre empresários e autoridades públicas a respeito de relações de trabalho. Resta discutir *qual* foi esse lugar.

Não é nosso propósito aqui dar uma resposta para essa questão, já que nos propusemos apenas a apresentar balizas para aquela discussão. Contudo, parece-nos plausível encerrarmos nossas ponderações por uma constatação, apresentada de forma sucinta, porém resultante de exten-

sas pesquisas realizadas na última década, no campo da história social. Considerando-se as figuras de maior destaque na esfera industrial que têm seus nomes vinculados àquelas propostas de organização do trabalho – Roberto Simonsen, Otávio Pupo Nogueira e Roberto Mange – podemos dizer que aquele lugar *não* foi o de efetiva orientação da estratégia empresarial diante das relações de trabalho e sim o de instrumentos para uma negociação com a esfera pública no que diz respeito à responsabilidade social dos empresários.<sup>6</sup>

## NOTAS

- 1 A. Zanetti, *A engenharia pedagógica: taylorismo e racionalização no pensamento de Roberto Mange*, tese de doutorado em História Social (Campinas: IFCH/Unicamp, 2001).
- 2 B. Coriat, *El taller y el cronómetro: ensayo sobre el taylorismo, el fordismo y la producción en massa* (Madri: Siglo Veintiuno, 1982), p. 44.
- 3 R. Schwarz, *Ao vencedor as batatas: as idéias fora do lugar* (São Paulo: Duas Cidades, 1977), p. 13.
- 4 M. S. Carvalho Franco, “Organização social do trabalho no período colonial”, em Paulo Sérgio Pinheiro (org.), *Trabalho escravo, economia e sociedade* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983), pp. 143-218; M. S. Carvalho Franco, “O tempo das ilusões”, em M. Chaui & M. S. Carvalho Franco, *Ideologia e mobilização popular* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978), pp. 151-209; M. S. Carvalho Franco, “As idéias estão no lugar”, em *Cadernos de Debate: História do Brasil* (São Paulo, Brasiliense, 1976), pp. 61-64; M. Chaui, *Cultura e democracia: o discurso competente* (São Paulo: Moderna, 1981).
- 5 M. S. Carvalho Franco, “‘All the World was America’ John Locke, liberalismo e propriedade como conceito antropológico”, em *Revista USP*, nº 17, mar.-abr.-maio, 1993, pp. 30-53.
- 6 A respeito, podem-se consultar os seguintes trabalhos: A. Zanetti, “Psicotécnica e relações internacionais”, em P. B. de A. Dallari (org.), *Relações internacionais múltiplas dimensões* (São Paulo: Aduaneiras, 2004), pp. 57-98; J. T. Vargas, *Ford e os industriais de São Paulo*, Caderno de História Social, Campinas, Unicamp, abril de 1997, p. 40.